

A APROVAÇÃO DE COTAS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO EM 2017: O PONTO DE VISTA DE ARTICULADORES PRÓ-COTAS NA USP¹

The approval of ethnic-racial quotas at the University of São Paulo in 2017: the viewpoint of pro-quotas articulators

Tales Mançano*

Henrique Assi Hernandes*

Lucas de Paula Fonseca*

Moises Souza de Sena*

RESUMO

A implementação das cotas étnico-raciais na Universidade de São Paulo (USP), que reservou vagas em proporção semelhante à Lei de Cotas, foi precedida por uma resistência institucional prolongada. Este estudo investiga os motivos que levaram a essa adesão tardia da USP, enfocando os principais articuladores pró-cotas. Entrevistas foram conduzidas com Representantes Discentes, do Movimento Negro, do Movimento Estudantil e docentes envolvidos na aprovação das cotas. Foram examinadas o histórico das políticas de ação afirmativa na USP e a reunião do Conselho Universitário de 4 de julho de 2017, em que as cotas foram aprovadas. Os resultados indicam que os movimentos pró-cotas adotaram a estratégia de constranger a universidade, evidenciando seu atraso em relação às ações afirmativas, e que aprovação das cotas não foi impulsionada por uma convicção da administração uspiana na importância da diversidade étnico-racial e socioeconômica dos ingressantes, conforme discurso institucional, mas sim por conta de pressões externas e internas, que geraram a necessidade de proteger a reputação da instituição.

Palavras-chave: Cotas Étnico-Raciais; Universidade Pública; Ação Afirmativa; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The implementation of ethnic-racial quotas at the University of São Paulo (USP), which reserved seats in a proportion similar to the Quota Law, was preceded by prolonged institutional resistance. This study investigates the reasons behind USP's late adherence to quotas, focusing on the main proponents of quotas. Interviews were conducted with Student Representatives, members of the Black Movement, the Student Movement, and faculty involved in the approval of quotas. The history of affirmative action policies at USP and the University Council meeting of July 4, 2017, where quotas

¹ Agradecemos a Profa. Dra. Marcia Regina da Silva Lima e Anna Carolina Venturini por comentários e contribuições em versões anteriores deste texto.

* Universidade de São Paulo. Mestrando em Ciência Política e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5923-9743>. E-mail: mancano.tales@usp.br

* Universidade de São Paulo. Doutorando em Antropologia (PPGA/USP); Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2309-2003>

* Universidade de São Paulo. Mestrando em Sociologia (PPGS-USP); Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7668-1779>.

* Universidade de São Paulo. Mestrando em Antropologia Social (PPGAS-USP); Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7035-3210>.

were approved, were examined. The results indicate that pro-quota movements adopted the strategy of pressuring the university, highlighting its delay in relation to affirmative actions, and that the approval of quotas was not driven by a conviction of the USP administration in the importance of ethnic-racial and socioeconomic diversity among incoming students, as per institutional discourse, but rather due to external and internal pressures, which created the need to protect the institution's reputation.

Keywords: Ethnic-Racial Quotas; Public University; Affirmative Action; Public Policy.

1. Introdução

A Universidade de São Paulo (USP) foi recalcitrante na adesão das cotas étnico-raciais para o ingresso na graduação, sendo uma das últimas grandes universidades brasileiras² a implementar essa política. O presente trabalho tratou de reconstruir o processo de adoção das cotas étnico-raciais na USP que, em 2017, decidiu reservar, gradualmente, 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e, destes, 37,5% para estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI). Tal reflexão se orientou pela seguinte questão: como a USP aderiu à reserva de vagas com base em critérios étnico-raciais em 2017 após anos de resistência a essa política?

Buscamos responder essa questão a partir de entrevistas com os principais articuladores em prol das cotas que participaram do momento de decisão. Foram realizadas entrevistas com articuladores, como Representantes Discentes, representantes do Movimento Negro e do Movimento Estudantil, além de docentes que participaram da reunião do Conselho Universitário (CO) em que foi discutido e decidido pela adoção da política de cotas. Procedemos por uma análise da gravação e da ata da reunião do CO de 4 de julho de 2017 (983º Reunião) – reunião que aprovou a reserva de 50% das vagas na USP para estudantes de escola pública e PPI – e recapitulamos o histórico das políticas de ações afirmativas na USP para compreender os precedentes da aprovação das cotas em 2017. Argumentamos que a mudança de posição da direção da universidade sobre as cotas raciais não ocorreu a partir de mudanças de posições nas esferas decisórias da universidade – os colegiados –, mas por pressão externa à instituição sobre sua direção.

² A USP e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) aprovaram a implementação de um sistema de reserva de vagas semelhante ao estabelecido pela lei de cotas em 2017. Enquanto a USP já havia adotado a reserva de vagas por meio do SiSU, conforme detalharemos, e a aplicou gradualmente na FUVEST a partir de 2018, a UNICAMP introduziu a reserva de vagas e um vestibular específico para indígenas em 2019 (ALVES FILHO, 2017). Pode-se afirmar que essas duas universidades foram as últimas grandes universidades públicas brasileiras – universidades com mais de 30.000 discentes, conforme os critérios de Schwartzman e outros (2021) – a implementarem a reserva de vagas. Essas duas universidades eram as únicas instituições públicas de ensino superior com mais de 30.000 estudantes que não haviam adotado a reserva de vagas até 2014. Todas as outras instituições eram federais (e, portanto, já haviam implementado a medida), com exceção da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que adotou as cotas em 2014 (FOLHA DE S. PAULO, 2013), e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pioneira nas cotas raciais no Brasil (FERES JR. et al., 2018; SCHWARTZMAN; SILVA FILHO; COELHO, 2021, p. 165). Importa destacar que, em 2017, a UNICAMP apresentava uma proporção significativamente maior de estudantes provenientes de escolas públicas e autodeclarados PPI em comparação com a USP.

Os interlocutores da pesquisa, a saber, os atores sociais que pautavam e articulavam em favor da aprovação de cotas em oposição ao establishment universitário, destacam como fator-chave para que a USP adotasse as cotas raciais a percepção de que, caso contrário, a imagem e reputação da universidade seriam afetadas negativamente de forma intensa. Também são destacadas pressões de esferas governamentais, como o governo estadual, pela aprovação da reserva de vagas nas universidades estaduais paulistas.

Os resultados da pesquisa sugerem que a aprovação das cotas no Conselho Universitário não teria sido o produto de uma mudança de convicção dos dirigentes da Universidade quanto à importância de diversificar o perfil socioeconômico e racial dos ingressantes na USP, mas sobretudo de uma preocupação com a imagem externa da instituição frente à sociedade civil e da pressão de atores externos e internos à universidade. Diante dessas circunstâncias, os movimentos favoráveis à aprovação das cotas adotaram como estratégia constranger a universidade de forma sistemática, destacando o atraso singular da USP em relação às ações afirmativas. Apesar disso, aprovada a adoção de cotas étnico-raciais para ingresso na universidade, os dirigentes da instituição passam a reivindicar para si o mérito da aprovação da política, abstraindo-a da dimensão da luta política empreendida pelos articuladores pró-cotas.

Para além desta introdução, dividimos o texto em 7 partes. Inicialmente, buscamos contextualizar o perfil sociodemográfico da Universidade de São Paulo antes da adoção das cotas étnico-raciais. Em seguida, realizamos um resgate histórico das medidas tomadas pela USP visando diversificar o perfil de ingressantes na graduação. Após essa seção, partimos para a exposição do material empírico coletado, descrevendo os antecedentes, o contexto e os acontecimentos durante o CO de julho de 2017. Adiante, tratamos das deliberações daquela reunião e das interpretações da decisão tomada naquele dia. Encerramos com considerações finais.

2.1. USP: uma universidade branca

Considerada uma das mais prestigiosas instituições de ensino superior do Brasil e da América Latina, a Universidade de São Paulo foi recalcitrante na adesão das cotas étnico-raciais para o ingresso na graduação, aprovando-as entre 2015 e 2017 para serem implementadas nos processos seletivos do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do Ministério da Educação (MEC) em 2016 e na FUVEST de 2018. Neste trabalho, nos dedicamos a compreender como articuladores em prol das cotas étnico-raciais na USP entendem as razões que explicam a adesão da USP à reserva de vagas com base em critérios étnico-raciais em 2017. Estudamos, especificamente, as percepções desses grupos sobre o que ocorreu para que na 983ª sessão do CO em 4 de julho de 2017 fossem aprovadas cotas para o

vestibular da USP de 2018. Visamos entender quais foram as pressões, transformações e disposições que fizeram com que, na percepção desses articuladores, a USP adotasse a política de cotas na forma em que adotaram em 2017.

Em uma São Paulo com uma população composta por quase 40% de pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas (PPI), chama atenção que a maior universidade pública do país se mantenha com apenas 2,4% de docentes autodeclarados PPI e com menos de 20% de estudantes de graduação autodeclarados PPI (YAMAMOTO, 2022).

Tabela 1: Percentual de Pretos e Pardos na população total de acordo com a PNAD Contínua de 2017

Brasil	55,7 %
Sudeste	48,2%
Estado de São Paulo	38,7%
Região Metropolitana de São Paulo	41,7%
Município de São Paulo	39,4%

Fonte: IBGE (2017) [<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>]

Tabela 2: Percentual de Pretos e Pardos na população discente da USP de acordo com o Anuário USP 2017

Universidade de São Paulo	19,59%
----------------------------------	--------

Fonte: USP (2021) [https://uspdigital.usp.br/anuario/br/tabelas/HTML/2021/T02_21.html]

Por articuladores das ações afirmativas compreendemos movimentos e atores que demandavam e militavam publicamente pela implementação da política em questão, como representantes de coletivos do Movimento Negro, do Levante Indígena, do Movimento Estudantil, de docentes, etc. Para responder a esse problema, realizamos entrevistas e conversas informais com tais articuladores, especialmente Representantes Discentes (RDs) do Conselho Universitário, e fizemos análise da gravação, da ata e dos documentos da pauta daquela reunião do conselho universitário³.

³ Na formulação desta investigação, consultamos pesquisas que já buscaram fazer uma espécie de balanço do resultado da implementação de Ações Afirmativas na FFLCH/USP, em especial o relatório final do "Projeto CAEG/PRG/USP:

Ademais, incorporamos na análise materiais jornalísticos e informativos da USP e outros veículos sobre os processos de aprovação das cotas.

Abaixo, elencamos as entrevistas realizadas para esta pesquisa a partir de um roteiro semi-estruturado (MAY, 2004). Além das entrevistas realizadas com os estudantes, representantes discentes e membros de organizações como o Núcleo de Consciência Negra da USP (NCN) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), analisamos uma mesa da XVI SECS (Semana de Ciências Sociais da USP) com a temática "10 anos de política de cotas: raça e desigualdade, estrutura e política". Nesse evento, pessoas que participaram diretamente do processo de aprovação das cotas estiveram presentes, dentre eles, André Singer (Professor do Departamento de Ciência Política da USP), Silvana Nascimento (Professora do Departamento de Antropologia da USP), Luana Alves (vereadora do município de São Paulo pelo PSOL-SP) e Maria Luiza Nogueira (NCN). Declarações realizadas durante o evento serão mobilizadas nesta análise.

Tabela 3: Relação de Entrevistas formais Realizadas

Nº	Data	Nome	Participação	Gênero*	Raça/Etnia*	Curso
#1	21/11	Diego Pereira Pandullo	RD no CO	Homem	Branco	Direito
#2	21/11	Gabriela Soares Schmidt	RD no CO, DCE	Mulher	Branca	Ciências Sociais
#3	22/11	Lucas Caprio dos Santos	RD no CO, DCE	Homem	Branco	Engenharia Civil
#4	25/11	Ian Douglas Miranda de Azevedo	Membro do NCN	Homem	Negro	Ciências Sociais
#5	09/12	Luana dos Santos Alves Silva	RD no CO, DCE, NCN	Mulher	Negra	Psicologia

* Informação oriunda de autodeclaração solicitada durante a entrevista **Fonte:** Elaboração própria

2.2. As ações afirmativas na USP: da bonificação às cotas

Para apresentar os resultados dessa pesquisa é necessário recapitular o histórico das ações afirmativas na USP. Ao longo desta exposição, será necessário definir alguns conceitos acerca das possibilidades de políticas afirmativas, já que a USP, em sua trajetória de ações afirmativas, implementou, entre 2007 e 2015, *bonificações* na nota do vestibular e, a partir de 2015, às cotas.

Construindo uma política interdisciplinar de acolhimento das/dos estudantes cotistas na FFLCH/USP", dirigido por Sylvia Garcia (DS, FFLCH/USP) e Eduardo Giroto (DG, FFLCH/USP), em 2021.

Nesse sentido, convém distinguir ações afirmativas baseadas em bonificações e baseadas em cotas. Enquanto a bonificação aumenta a pontuação de grupos específicos, as cotas dão precedência a esses grupos na disputa por determinado número de vagas (FERES JR. *et al.*, 2018, p. 19). A USP resistia em implementar um sistema de cotas, como destaca Venturini (2015, p. 1), e optou por instituir dois programas de ações afirmativas que operam a partir de sistemas de bonificação: o Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP) e o Programa de Avaliação Seriada (PASUSP).

Em 2012, é aprovada a Lei 12.711 (Lei de Cotas) que impõe e regulamenta a reserva de vagas para estudantes oriundos de Escolas Públicas e PPI nas universidades federais. O SiSU, criado também em 2012, possibilitou a unificação do processo seletivo das universidades, o que permitiu a adoção de cotas em instituições que até então não as apresentavam em seus processos seletivos ou que apresentavam políticas de inclusão mais tímidas.

Enquanto universidade estadual, a USP não esteve sujeita às leis que obrigam a implementação de ação afirmativa a partir de parâmetros determinados pela lei de cotas, mas decidiu por adotar ações afirmativas a partir de legislação interna à universidade. O Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP) foi implementado a partir da FUVEST de 2007 e o Programa de Avaliação Seriada da USP (PASUSP) em 2009 (VENTURINI, 2015, DIAS 2016b; GIROTTO *et al.*, 2023). Ao longo dos anos, os percentuais e os critérios para bonificação foram sendo alterados, a partir de mecanismos descritos por Venturini (2015).

Implementados a partir de 2007, esses programas previam um bônus percentual sobre a nota final do vestibular para candidatos egressos de Escola Pública, havendo um bônus adicional para PPIs. Em 2013, o CO aprovou um plano institucional que estabelece a meta de que, até 2018, a universidade teria 50% de seus ingressantes oriundos de EP e 37,5% de PPI.

As políticas de bonificação, no entanto, não conseguiriam atingir as metas de diversidade estipuladas pelo Conselho Universitário em 2013 (cf. Marschner, 2014). As entrevistas que realizamos evidenciaram que os movimentos dos estudantes da USP, participantes do NCN e movimentos sociais criticavam o programa, argumentando que ele não cumpria com seu objetivo de inclusão, sendo assim uma solução falsa, como pontua Mello em "USP 7%" (MELLO, 2015). Venturini (2015) descreve detalhadamente as regras do programa e analisa os resultados do INCLUSP durante seu período de vigência e apresenta dados que revelam que, em tal período, o perfil dos ingressantes na USP foi composto por 0,24% de Indígenas, 11,29% de Pardos, 8,22% amarelos, 2,46% Pretos e 77,8% de Brancos (Venturini, 2015, p. 7), demonstrando que o programa, com aquele desenho, era incapaz de cumprir as metas estabelecidas de ampliação do acesso de grupos racial e

socioeconomicamente discriminados – já que, entre 2007 e 2015, a proporção de estudantes PPI foi de 12,4% para 17,5%.

Venturini (2015) conclui que a adoção de cotas aceleraria a lenta e ineficaz inclusão racial e social do INCLUSP e o PASUSP. O Gráfico 1 mostra a proporção de estudantes de Escolas Públicas que ingressaram na USP ao longo do período das políticas de bonificação e, como comparativo, a Tabela 4 mostra as proporções de estudantes de escolas públicas e privadas em diferentes níveis, a partir do Censo Escolar.

Gráfico 1: Proporção de estudantes oriundos de Escola Pública matriculados na USP por turma de ingresso entre 2006 a 2016.



Fonte: DIAS (2016c)

Tabela 2: Percentual de estudantes de ensino médio regular no total da categoria de acordo com o Censo Escolar de 2021

	Escola Pública	Escola Privada
Brasil	87,76%	12,24%
Sudeste	85,50%	14,50%
Estado de São Paulo	85,17%	14,83%
Região Metropolitana de São Paulo	84,96%	15,04%

Cidade de São Paulo	82,30%	17,70%
----------------------------	--------	--------

Fonte: INEP (2017)

A incapacidade do programa de bonificação em alcançar o compromisso estabelecido pelas universidades públicas do Estado de São Paulo de atingir, até 2018, a meta de 50% dos ingressantes oriundos de escolas públicas, e destes, 37,5% de PPI, fez com que outras opções de ações afirmativas, como as cotas, passassem a ser insistentemente cobradas, como revelaram os entrevistados para esta pesquisa.

2.3. USP e o SiSU e a Lei de Cotas

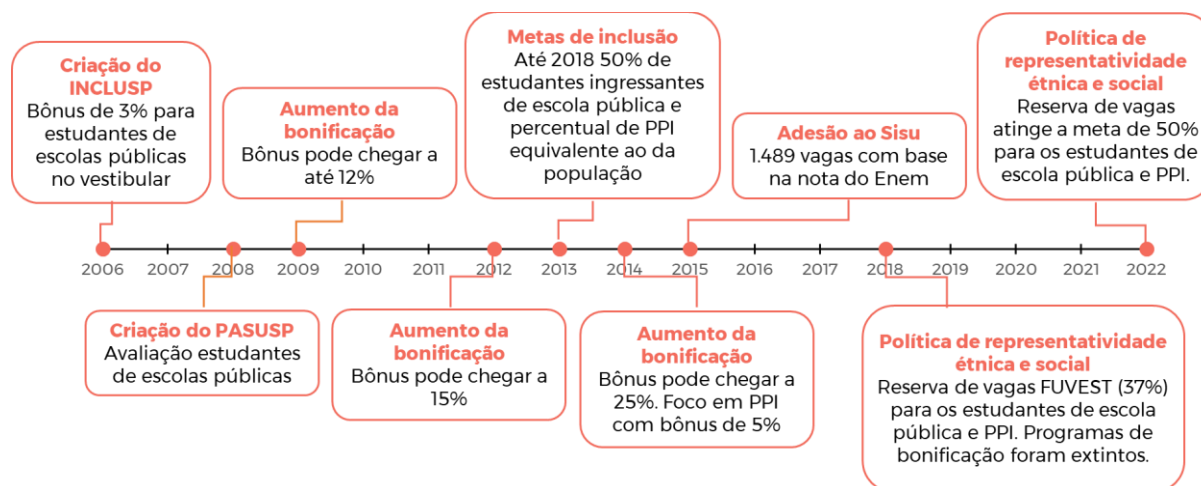
Com a consolidação do ENEM e do SiSU (ANDRADA, 2022) grande parte das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas adotaram integral ou parcialmente o ENEM como forma de ingresso (MELLO, 2022). Em 2016, a USP aprovou a possibilidade de que até 30% das vagas fossem destinadas ao SiSU, com a opção de oferecê-las na categoria de ações afirmativas. A Reitoria, no entanto, delegou às unidades a decisão de reservar ou não as vagas para grupos específicos, EP e/ou PPI, mas não permitiu que se incluísse renda inferior a 1,5 SM como categoria de reserva de vagas: "Segundo o Pró-reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandez, a opção por não adotar o critério de renda se justifica porque esses alunos seriam contemplados dentro da cota que envolve a escola pública." (DIAS, 2016b). Essa citação introduz a posição do Pró-reitor que será recorrentemente reiterada: de que bastaria a inclusão da escola pública, pois, a partir dela, todas as outras categorias viriam "naturalmente". A universidade também optou por não reservar vagas para pessoas com deficiência (PALHARES, 2022), incluídas na lei de cotas em 2016. Dessa forma, a USP alterou, pela primeira vez em 40 anos, a forma de ingresso na instituição e permitiu a reserva de vagas. Porém, várias faculdades e cursos não aderiram, como a Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e a Escola Politécnica (Poli), por exemplo (DIAS, 2016b).

Além disso, as vagas reservadas para Ação afirmativa poderiam ser distribuídas em cada uma das provas a partir de critérios definidos pelas dezenas de unidades da USP, criando uma série de possibilidades de distribuição e de desenho final de disponibilização das vagas aos estudantes candidatos. Não houve reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD) nem qualquer obrigatoriedade para reservar a grupos com renda menor que 1,5 SM (o que só passou a ser feito a partir de 2018).

No dia 4 de julho de 2017, em um contexto em que a transformação do perfil discente não

ocorria de forma rápida o suficiente para atingir a meta estabelecida em 2013, o CO aprova reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas implementada gradualmente nos 4 anos seguintes, com reserva de 37% das vagas em 2018, 40% em 2019, 45% em 2020 e 50% de 2021 em diante e, destas, 37,5% para estudantes PPI, conforme a proporção da população no Estado de São Paulo. A reserva também deveria valer por curso e turno a partir de 2019.

Figura 1: Linha do tempo da implementação de políticas de inclusão de estudantes na USP.



Fonte: Nunes et al (2022)

2.4. As demandas dos articuladores em prol das cotas

No contexto mais amplo do debate sobre cotas, a USP se esquivava sistematicamente de adotar a política de cotas e a Reitoria era considerada pouco aberta à discussão envolvendo o tema, de acordo com os entrevistados para esta pesquisa. A política de bonificação, que possibilitou a adesão ao ENEM em 2015, já havia sido criada, no entanto, a meta aprovada pelo CO em 2013 – de que, até 2018, a universidade teria 50% de estudantes de EP e 37,5% de PPI – não tinha perspectiva de ser cumprida com a política adotada até então. Em contrapartida, desde 2015, ganhavam bastante força diversas iniciativas, como a Ocupação Preta (OP), que realizavam uma série de ações pela adoção efetiva das cotas.

Em diversas ocasiões, a importância dos movimentos sociais foi salientada por nossos interlocutores de pesquisa. Segundo o estudo de Cristiano Rodrigues (2020), o movimento negro foi um dos principais agentes à frente do processo de construção e elaboração de uma agenda política em torno das ações afirmativas. Após a Constituinte de 1988, o movimento negro passou a atuar cada vez mais em cenários institucionais, inserindo suas reivindicações nos espaços de debate e decisão política do Estado brasileiro, em especial por meio dos partidos políticos. Rodrigues (2020) defende

que esse processo de institucionalização do movimento, permeado por conflitos, perdas e ganhos políticos, foi decisivo para que a questão racial entrasse nas pautas dos governos pós-88, assim como também foi um dos fatores responsáveis pela paulatina “mudança de posição do Estado sobre a necessidade de políticas públicas para enfrentar a desigualdade racial [...]” (RODRIGUES, 2020, p. 137). Nesse contexto, os programas de ações afirmativas entraram na pauta de discussão dos planos de governo como solução eficaz no combate às desigualdades raciais e sociais.

Se as ações afirmativas já estavam sendo pautadas pelo movimento negro como proposta de política pública no começo dos anos 80, foi apenas a partir dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que essa temática ganhou maior proeminência nos espaços institucionais, ainda que de maneira muito incipiente e insuficiente, pois à época a maioria das políticas que tinham como alvo a população negra não foram implementadas e sequer saíram do plano das discussões formais. Rodrigues (2020) atribui à era petista, iniciada com o governo Lula nos anos 2000, o começo efetivo da implementação e ampliação das políticas públicas direcionadas a essa população, em especial as ações afirmativas no campo da educação. Desde a década de 90, o PT despontou como o partido político com maior abertura para os ativistas negros e suas demandas – mas não isento de conflitos e marginalizações envolvendo essas pautas e ativistas –, o que possibilitou o movimento negro tentar efetivar essas demandas, no momento em que o partido subiu ao poder, por meio da política de Estado.

O autor argumenta que a presença do movimento negro dentro dos governos petistas foi central “no tocante à elaboração, implementação e acompanhamento de legislações e políticas públicas voltadas à inclusão de afrodescendentes no ensino superior público e privado” (RODRIGUES, 2020, p. 143). Apesar dos dissensos e debates entre setores do movimento sobre o assunto, a política de ação afirmativa no ensino superior se tornou um símbolo de conquista. É importante destacar que o movimento negro atuou para pressionar o governo a aderir esse tipo de política, mas também participou de um ativismo local nas universidades, tentando assegurar que os corpos dirigentes dessas instituições fossem adeptos dessas políticas.

Na USP, a atuação do movimento negro foi extremamente relevante para que diversos outros setores importantes no cenário político da USP passassem a pautar a questão. Ian Azevedo, que participava do Núcleo de Consciência Negra, relata que as movimentações ganharam muita importância a partir de 2015. Fundado há cerca de 30 anos, o NCN é a organização mais destacada quando perguntamos aos entrevistados sobre o movimento negro na USP. Com um histórico de décadas de luta, o NCN teve um protagonismo histórico na discussão e reivindicação das ações afirmativas na USP.

Com isso em mente, tivemos a oportunidade de ouvir a Vereadora Luana Alves (Legislatura 2021-2024) em duas ocasiões: em sua fala sobre as cotas étnico-raciais na USP durante a Semana de Ciências Sociais e na entrevista que realizamos com ela. Ouvi-la foi especialmente importante para nossa investigação, pois Luana Alves atuou como uma figura chave no processo de articulação da aprovação das cotas étnico-raciais na USP, atuando tanto no CO – sendo uma das únicas conselheiras negras naquele espaço –, quanto no DCE, na Ocupação Preta (OP) e em outras campanhas. De acordo com ela, apesar das medidas mais tímidas da universidade, a pressão interna de movimentos se fortaleceu, em consonância com o que relatam outros entrevistados para esta pesquisa. O Movimento Estudantil (ME) tradicional, liderado pelo DCE, finalmente colocava as cotas como uma pauta central do ME. A partir de 2015, quando Alves passa a participar da gestão do DCE Livre da USP⁴, todos os coletivos que compunham a coalizão já eram favoráveis às cotas, embora não necessariamente colocasse a pauta como prioritária, diz ela:

O nosso setor era favorável, bastante favorável, mas eu acho que pecava em não colocar a devida centralidade política, de ter como eixo de orientação da entidade. E aí eu fazia essa disputa interna. Não só eu, mas outras pessoas negras também do próprio PSTU, da própria Insurgência, do próprio Juntos! como eu era parte (Luana Alves, Entrevista #5).

Naquele momento, o Movimento Negro se fortalecia rapidamente na USP, e, a partir disso, surgiram uma série de coletivos visando organizar ações para reivindicar as cotas. Alves ressalta que esse movimento foi altamente complexo. Alves o caracteriza como uma unidade de ação que envolveu as entidades estudantis, o DCE, os Centros Acadêmicos e coletivos negros – que muitas vezes tensionavam entre si –, e mesmo grupos de fora da Universidade que começaram a agir mais proximamente ao Núcleo de Consciência Negra da USP, como a Uneafro e a Educafro, Rede Emancipa e os cursinhos populares e a atuação parlamentar.

Uma das grandes campanhas pela adoção das cotas foi a Ocupação Preta (OP), realizada por uma série de coletivos negros que se fortaleciam pelas unidades e cursos da USP, relatam Alves, Azevedo e Nogueira em entrevistas. O movimento consistia em organizar uma série de estudantes negros para ocupar salas de aula, com o intuito seja de escancarar a acachapante falta de diversidade da USP, seja para constranger docentes com histórico racista. Reproduzimos a seguir o relato de Alves para ilustrar o método:

⁴ Diretório Central dos Estudantes. A entidade que pretende representar o corpo discente da USP. Para mais informações cf. Mançano e Fernandes (2021)

Chegávamos em uma sala de aula com algo entre 20 e 30 estudantes negros, pra conseguir entre 20 e 30 estudantes negros tinha que trazer gente de muito curso, e a gente ocupava metade das cadeira no início da aula. A gente entrava, uns 10 minutos antes da aula, esperava a aula começar, esperava o constrangimento se instalar. Às vezes o professor se recusava a dar aula, mas não podiam nos tirar, pois éramos todos estudantes da USP, tínhamos a carteirinha, e não podia tirar. (Fala de Luana Alves, durante evento da SECS)

Ações como essa ocorreram em aulas de diversos institutos e tiveram um impacto bastante forte, relatada na imprensa e contribuindo para a agregação de mais coletivos e entidades em torno da pauta, relata Alves. Para termos dimensão dessa ação, a OP realizou ocupações desde aulas na Faculdade de Medicina, onde era muito tenso fazer esse tipo de ação, até em aulas de figuras como Fernando Haddad (ALUNOS NEGROS, 2015). De acordo com Azevedo, as ações da ocupação preta eram realizadas por um conjunto pequeno de pessoas, mas eram bastante radicalizadas e que causavam grande repercussão, por exemplo, na mídia e na internet, criando fatos políticos que davam visibilidade a questão racial (Ian Azevedo, Entrevista #4). Outra iniciativa do movimento foi a realização de um festival com artistas negros dedicado à pauta das cotas.

A ocupação de duas reuniões do Conselho Universitário em 2015 no IPEN⁵ foi uma das principais ações do movimento. A OP acusava a Reitoria de se recusar a dialogar com os estudantes. Segundo uma participante da ocupação:

O movimento negro está organizado há muitos anos na universidade, como no Núcleo de Consciência Negra, e nunca foi convidado pela Reitoria para discutir cotas. Protocolamos um ofício que exigia a participação de quatro membros da Ocupação para participar da reunião do CO e mesmo assim não incluíram nossa pauta. Qual outra alternativa, a não ser ocupar? (GRAVA, CREVILAR, 2015, s.p)

Assim, os movimentos negro e estudantil estavam em confronto aberto com a Reitoria, que, na opinião deles, ainda fazia de tudo para adiar o máximo possível a adesão às cotas, recusando incluir um recorte racial para a política e priorizando um recorte apenas direcionado a escolas públicas, sem ações afirmativas de caráter racial (DIAS, 2016c).

2.5. A proposta da reitoria e as contra-propostas

Semanas antes da reunião do CO na qual as cotas seriam novamente pautadas, a Reitoria sob a gestão de Marco Antonio Zago (2014-2018) colocou em pauta uma nova proposta de cotas, dois anos após aprovar um modelo opcional de reserva de vagas via SiSU. No mês anterior, a UNICAMP aderiu à reserva de vagas para estudantes de Escolas Públicas e pessoas PPI, tornando a USP a única universidade pública do estado sem cotas raciais.

⁵ Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. Segundo um entrevistado, que pediu para não identificar a fala, a reunião teria ocorrido no IPEN para evitar que o Co fosse ocupado por ativistas das ações afirmativas.

Apenas com o SiSU, algumas unidades como a Poli, a FMUSP e várias outras resistiram em adotar a política. Com os percentuais de inclusão ainda muito distantes das metas estipuladas em 2013 e 5 anos após a aprovação da Lei de Cotas, as movimentações internas e externas favoráveis à ação afirmativa aumentavam a pressão. No entanto, o Pró-Reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandes, levou ao Conselho de Graduação (CoG) uma proposta de reserva de vagas obrigatória, escalonada e que se restringia apenas às escolas públicas. Aprovadas ad-hoc em diversas comissões em que deveria tramitar, a proposta chega rapidamente ao Conselho Universitário (Lucas Caprio, Entrevista #3). Assim, chegaria à pauta do CO de 4 de julho de 2017 a proposta de cotas apenas para estudantes de escola pública, a ser implementada gradualmente nos 4 anos seguintes, com reserva de 37% das vagas em 2018, 40% em 2019, 45% em 2020 e 50% em 2021.

Na semana anterior àquela reunião, docentes membros do CO e diversos grupos começaram a se organizar rapidamente para articular como essa oportunidade poderia ser mobilizada para aprovar não somente as chamadas “cotas sociais”, mas também as cotas raciais. Luana Alves cita uma reunião de emergência entre professores e membros do Conselho na qual foram preparados alguns destaques para apresentar na sessão vindoura (e que se tornaria uma sessão histórica). Naquele momento, Luana relata que agora a aprovação seria possível:

Eu entrei e me deparei com muitos professores do CO, me avisaram na hora, que era para eu ir para lá [...] e era uma reunião de professores que estavam reunidos sem aviso prévio, mas com a pauta de como a gente faz para no CO, que vai ser semana que vem, cotas passar? E chamaram o Movimento Estudantil para isso, chamaram os discentes e eu vi naquele momento e falei: nossa, acho que a gente vai aprovar. Por que se um monte de professor que tinha vaga no CO estava ali reunido quase que clandestinamente pra pensar qual era estratégia, acho que vamos conseguir a pressão... (Luana Alves, Entrevista #5)

A reunião do Conselho Universitário de 4 julho de 2017 durou 6 horas, e teve como a última pauta a reserva de vagas na FUVES. Tendo em mãos a gravação da reunião, analisaremos a seguir alguns dos posicionamentos ali manifestados e que consideramos reveladores de questões mais abrangentes, de modo a reconstituir as disputas que permearam essa aprovação.

A narrativa pública da Reitoria merece atenção especial. Consideramos aqui a fala do então Pró-Reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandes, protagonista da posição adotada pela administração central da Universidade. Em sua fala, o Pró-Reitor defende a ideia de reservar vagas na USP para estudantes egressos de escola pública, sem especificidades raciais. Hernandes identifica como problema a falta de critérios unificados entre as unidades para a reserva de vagas para esse grupo, portanto, defende que haja uma definição central de quais serão os critérios para reserva de vagas para EP. Além disso, o Pró-Reitor defende que o processo de inclusão se dê gradualmente, isto é, que a cada ano se aumente a proporção de vagas reservadas para egressos de escolas públicas e de vagas para o SiSU.

Em relação à reserva de vagas para pessoas PPI, o tema não se encontra na proposta da Reitoria, uma vez que é mobilizado o argumento de que a reserva de vagas a partir do critério de escola pública seria suficiente para efetivar a inclusão de PPI na Universidade, prescindindo da necessidade de reserva de vagas especificamente voltada para esse público. O Professor Hernandez embasa tal argumento por meio da apresentação de dados do SARESP, que demonstram a representatividade de estudantes negros dentre os alunos do Ensino Médio Público de São Paulo. Logo, seguindo o raciocínio do Pró-Reitor, existindo a cota para Escola Pública, estudantes negros seriam beneficiados pela mesma.

Como destacado por Daflon, Feres e Campos (2013), os desenhos das políticas de inclusão no ensino superior são reflexos do entendimento coletivo dos conselhos universitários acerca da questão da desigualdade. No caso da USP, como exposto acima, predominava a percepção de que as desigualdades mais relevantes estavam vinculadas a aspectos de renda e classe, sendo as desigualdades raciais apenas uma decorrência dessas condições. A premissa era que, ao contemplar esse grupo de alunos economicamente desfavorecidos, também se alcançaria um impacto positivo nos estudantes pretos e pardos.

Essa postura adotada pela USP reforçava a ideia de que as desigualdades mais marcantes no cenário brasileiro são predominantemente de ordem socioeconômica, e não racial. Dessa forma, a universidade endossava, sem grandes questionamentos, uma interpretação específica da questão social no Brasil, que posiciona as questões raciais como secundárias em relação às questões socioeconômicas. No entanto, no campo de estudos das questões étnico-raciais, essa interpretação é profundamente questionada e problematizada. Em “Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil”, Hasenbalg e Silva (1998) argumentam que mesmo nas classes sociais mais baixas, pessoas brancas levam vantagem em relação às pessoas não-brancas:

Os padrões de mobilidade intergeracional mostraram que entre as pessoas nascidas no estrato mais baixo, de ocupações rurais, os brancos têm uma pequena vantagem nas chances de ascensão social. Contudo, os diferenciais inter-raciais de mobilidade ascendente passam a ser maiores ao considerar as pessoas nascidas nos estratos ocupacionais mais elevados. Além disso, não só os diferenciais de mobilidade ascendente crescem ao se passar para os estratos mais altos, como também os não-brancos estavam expostos a probabilidades muito mais elevadas de demissão ou mobilidade social descendente (HASENBAG; SILVA, 1998, p. 3)

Disso, podemos interpretar que o componente racial organiza as relações de poder inclusive no interior dos segmentos mais desprivilegiados da sociedade. Nesse sentido, podemos inferir também que, mesmo entre estudantes de escola pública, que de fato representam os segmentos mais empobrecidos da sociedade, o critério racial ainda é fundamental na distribuição de recursos e oportunidades em favor de pessoas brancas.

Assim, partindo do trabalho de Hasenbalg e Silva (1998), temos a constatação de que pessoas brancas ascendem socialmente de maneira mais significativa e consistente em relação às (e em detrimento das) pessoas pretas e pardas na sociedade brasileira – isso, porquanto “discriminação e preconceito raciais estão intimamente associados à competição por posições na estrutura social, refletindo-se em diferenças entre os grupos de cor no processo de mobilidade social”, e de tal forma que grupos pretos e pardos estão “sujeitos a um ‘processo de cumulação de desvantagens’ ao longo de suas trajetórias sociais” (HASENBAG; SILVA, 1998, p. 2.). Parte significativa debate a respeito da importância das cotas étnico-raciais está atrelado justamente a isso: a potência que a educação universitária possui de romper ciclos de pobreza e de estagnação socioeconômica – que afetam sobremaneira, como bem sabemos (e como nos mostram os autores supracitados), famílias negras.

Retomando a discussão sobre a reunião do Conselho Universitário, apresentamos agora os posicionamentos relevantes. Entre os docentes, havia um grande dissenso em relação à delegação (ou não) da decisão às Unidades e suas Congregações. Dentre os docentes que se posicionaram de maneira favorável à adoção de cotas raciais, cabe destacar as intervenções dos Conselheiros da FFLCH André Singer e Maria Arminda do Nascimento Arruda. Em sua fala, Arruda realizou um balanço das ações afirmativas e políticas de permanência implementadas na FFLCH, enfatizando que essas políticas não significam uma perda de substância dos estudantes (divergindo diretamente de um dos argumentos centrais contra as cotas raciais que supõe a perda de qualidade das instituições como resultado). No mais, a docente sustentou que as cotas para o ingresso de Pretos, Pardos e Indígenas são parte da Justiça Social a ser feita. Na mesma direção, André Singer construiu sua argumentação em torno dos seguintes tópicos: as consequências da escravidão no Brasil e a ausência de políticas públicas reparatórias para a população recém liberta no pós-abolição. De forma que o combate às atuais desigualdades educacionais (profundamente marcadas por um recorte racial) demanda a aprovação das cotas PPI como elemento para construção da democracia na Universidade e no País.

Outros docentes no Conselho, como Marcos Magalhães (IME-USP), dirigiram sua fala à necessidade de a USP, enquanto instituição, tomar um posicionamento sobre o tema, ao invés de delegar a decisão às faculdades, o que poderia gerar intensos conflitos nessas instâncias. Já Alessandro Soares da Silva (EACH-USP) argumentou que a USP deveria dar o exemplo entre as universidades. Representando a Faculdade de Saúde Pública, Oswaldo Tanaka enfatizou que é politicamente importante que a USP aprove um sistema de cotas para demonstrar que se preocupa com a questão racial. Em outras falas dos docentes, apareceram críticas que apontam a insuficiência da reserva de vagas para egressos de Escola Pública no que diz respeito à inclusão de PPI e do sistema

de bonificação como mecanismo de inclusão. Nesse sentido, argumentam os professores Alessandro da Silva e Severino Melo (IME).

Conforme apontamos anteriormente, houve ainda uma discussão em torno de qual órgão da universidade deve assumir a decisão sobre as ações afirmativas, se deveria haver uma decisão centralizada para todas as Unidades ou se cada Congregação decidiria adotar ou não as cotas, os critérios e eventuais formas de escalonamento. Por parte daqueles que defendem a descentralização da decisão, há o argumento de que as unidades seriam muito diferentes entre si para que se adotasse um sistema único; dentre os atores que defendem uma decisão central, ressalta-se a necessidade de a USP se posicionar e assumir a responsabilidade dos debates em torno das cotas ao invés de delegar o conflito às Congregações.

Cabe ainda salientar o destaque apresentado por André Singer, que foi aprovado e que efetivamente constitui a inclusão do critério étnico-racial na reserva de vagas: o docente propôs que, dos 50% de vagas para EP, 37,5% das vagas deveriam ser reservadas para estudantes PPI. Singer argumenta que é conveniente que a USP siga a postura adotada pela Unicamp e que sinalize em favor da integração étnico-racial e da democratização da Universidade e da construção da Democracia no país. Por parte dos Representantes Discentes (RDs) presentes no Conselho, havia uma forte unidade em defesa da aprovação de cotas raciais na USP. Dentre os argumentos que os estudantes mobilizaram foi frequente a crítica ao atraso da USP em relação ao debate sobre cotas raciais (além de ser realçado que a USP era a única das grandes universidades públicas que não institucionalizou cotas raciais até aquele momento). Luana Alves argumentou que enquanto o debate sobre cotas raciais já havia sido superado a nível nacional e outras IES já aprovaram e estavam discutindo outras pautas, como a extensão e escalonamento das cotas, a USP ainda estava pautando discussão em que a reserva de vagas deveria ser apenas para estudantes oriundos de escola pública, sem critérios raciais.

Outro tópico frequentemente mobilizado pelos discentes diz respeito às diferenças entre exclusão/desigualdade racial e social, que dialoga fortemente com o argumento que as cotas sociais e/ou para egressos de escolas públicas não são eficientes para concretizar o acesso da população PPI à Universidade. Além disso, criticam a baixa representatividade de pessoas negras no Conselho, nas Congregações, na graduação e na Universidade de modo geral.

Nessa notória reunião do CO, aprovou-se a Resolução Nº 7373, de 10 de julho de 2017 (USP, 2017), que conta com uma exposição de motivos redigida pelo Prof. Hernandes. Em tal texto, Hernandes reconstrói a história dos programas e projetos de inclusão social adotados pela USP ao longo dos anos. Tal história diz menos sobre a importância da inclusão na universidade e mais sobre a recalcitrância de desigualdades e de ideologias do mérito (portanto, da exclusão) na USP.

O alto escalão uspiano conjuga dois pressupostos interdependentes: o da USP como uma das melhores universidades da América Latina e o do mérito como valor supremo dos processos de ascensão acadêmico-profissional na universidade.

Campos (2023), observando o caso da pós-graduação na UNICAMP, identifica que a visão transmitida nesses discursos é que a universidade deve se preocupar em identificar e admitir para a instituição um aluno com capacidades acadêmicas e intelectuais já formadas: "a ideia subjacente não era que cabia à universidade formar quadros de nível superior, mas sim selecioná-los na sociedade, como se suas qualidades já estivessem dadas geneticamente" (CAMPOS, 2023, s.p). Assim sendo, o que se pode derivar logicamente é que as pessoas capacitadas para entrar na instituição são majoritariamente brancas. Apesar de cor não ser considerada um estratificador de inteligência, essa característica é um marcador bastante forte no processo de seleção vigente até então. Tal análise, argumentamos, pode ser extrapolada para o caso USPiano.

Os pressupostos apresentados em tal discurso se convertem no desenho das ações afirmativas apresentadas pela USP até então: o INCLUSP e o *Vem pra USP*. O INCLUSP, implementado pela Universidade de São Paulo (USP) em 2015, passou por uma significativa modificação. A alteração mais marcante ocorreu no sistema de bonificação destinado a estudantes provenientes de escolas públicas. Apesar de ter passado por uma série de reformas para ampliar sua eficácia, o programa teve um resultado pouco significativo, aumentando em 2,8 pontos percentuais a aprovação de estudantes oriundos da escola pública (USP, 2017, s/p). O programa baseado em bonificação percentual sobre a nota da prova vestibular não foi eficaz em reduzir amplamente as disparidades (raciais e socioeconômicas) existentes no ensino público. Essa política se mostrou ineficaz em diversas oportunidades diferentes em que foi implementada (cf. MARSCHNER, 2014). Talvez por isso a política de bonificação seja tão mais apoiada dentre os setores aderentes da ideologia meritocrática. Outro programa de inclusão descrito pelo Pró-Reitor é o “Vem pra USP!”:

Na busca para aumentar a procura pelo concurso vestibular Fuvest a USP assinou um protocolo com a Secretaria de Estado da Educação para a implantação, já para o vestibular de 2018, do programa Vem pra USP!, em que se busca aumentar a inserção dos alunos das escolas da rede pública de ensino na universidade e esclarecer sobre o caráter público da USP. Os estudantes participarão de uma Competição USP de Conhecimentos, que deverá envolver mais de um milhão de alunos da rede. Os estudantes do terceiro ano do ensino médio com melhor desempenho terão isenção direta da taxa do vestibular Fuvest (USP, 2017, s/p).

Tal programa reitera os pressupostos indicados anteriormente por Campos. Apesar do programa não ser a única maneira de obter isenção de taxa de inscrição para a prova vestibular, ele reitera explicitamente a ideologia do mérito, já que sugere não apenas que é preciso competir para ter acesso a um benefício, mas que a possibilidade de acessar a prova vestibular por meio da isenção de taxa deve ser algo reservado aos estudantes excepcionais do ensino médio público.

De acordo com Alves, a universidade tem um modo de funcionamento e de sociabilidade específicos de uma certa classe. A vereadora relata que, quando participava do programa de embaixadores da USP em escolas públicas da periferia, a pergunta mais frequente era quanto custa estudar na USP, já que a universidade era sempre associada às pessoas mais ricas (SINGER *et al.* 2022). Essas ocorrências evidenciam, para Alves, o quanto a USP é cultural e socialmente muito apartada da maioria da juventude, o que a impede de se reconhecer e de se sentir bem na universidade, de tomá-la como seu espaço. Assim, a USP visava realizar um esforço institucional para reconfigurar a imagem da universidade: de uma universidade elitista e excludente a uma universidade pública de todos. Isso aparece em um dos posicionamentos expressos por uma docente do Instituto de Psicologia no CO:

Começo parabenizando a Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo pela gestão realizada durante todos esses anos na direção desse processo de democratização da USP. Sempre somos chamados de uma universidade elitista e outro dia tivemos uma estudante de mobilidade [intercambista] dizendo que o Reitor da Universidade dela via a USP desta forma, de forma que acho que esse movimento da Universidade de São Paulo na direção de estarmos mudando o processo de ingresso na Universidade é um passo esperado pela sociedade e pela comunidade e que estamos tendo a coragem de dar neste Conselho neste momento. Considero este um momento histórico, necessário e fundamental para este processo de democratização. (USP, 2017b, p. 85-86, ênfase nossa)

Apesar de se tratar de um posicionamento pró-cotas, tal discurso indica as prioridades de conselheiros: o que parece incomodar a conselheira é menos a sub-representação de pretos, pardos, indígenas e periféricos na universidade e mais a continuidade da imagem de uma USP elitista e excludente na sociedade. Ou seja, o central é como preservar a imagem da instituição, e não as cotas em si, tratadas como um meio de reconfigurar a imagem da universidade.

2.6. Como – e por que – votam?

Durante as entrevistas, perguntamos aos entrevistados se eles tinham a expectativa de que as cotas raciais fossem aprovadas naquele dia e, caso positivo, quais seriam os principais motivos para isso. Embora, nos anos anteriores, a Reitoria tivesse sido sistematicamente refratária à política de cotas, mesmo já tendo se comprometido com as metas colocadas, os Representantes Discentes indicaram que estavam confiantes de que as cotas seriam aprovadas naquela reunião do CO, devido aos constrangimentos que se colocavam. Os estudantes entrevistados consideraram que a aprovação das cotas na Unicamp algumas semanas antes da reunião do conselho isolou a USP, e foi uma virada de chave que pressionou ainda mais pela aprovação. A noção de que a USP estava muito atrasada e que seria a última universidade a aderir às cotas representaria uma grande mancha na imagem da instituição, algo que os conselheiros indicam ser uma prioridade de se evitar ao máximo.

O relato de André Singer, no entanto, que ouvimos na mesa da SECS, é distinto. O docente disse que não pensava que as cotas raciais seriam aprovadas naquele momento. Segundo o docente, a oposição à Reitoria, grupo que ele compunha (e liderava, de acordo com outros entrevistados), era bastante minoritária e nunca chegava a mais que 30% dos votos. Singer conta que a FFLCH já trazia um legado, segundo ele, de defender a "integração do negro", e ele simplesmente apresentou e defendeu esse legado da faculdade em sua atuação no Conselho. Entretanto, ele estava convencido de que perderia a votação. Cabia a Singer, segundo ele, por ser representante da FFLCH, apresentar a proposta de adesão às cotas. Todavia, aconteceu algo que ele não esperava: parte dos professores que apoiavam a Reitoria votaram em sua proposta, coisa que nunca havia ocorrido. Ele afirma que a Reitoria começou a organizar a votação de forma a favorecer a proposta e, logo antes de votar o destaque das cotas raciais, o Pró-Reitor de Graduação declarou publicamente o apoio à proposta no conselho, e assim, a proposta alcançou uma maioria expressiva.

Para Singer, a Reitoria já pretendia propor cotas raciais algumas semanas antes da reunião do Conselho Universitário. No entanto, não conseguiria convencer parte conservadora dos seus apoiadores a embarcar nessa posição. A alternativa, portanto, seria deixar a oposição propor as cotas raciais e, no calor do momento, votar com ela, formando maioria e isolando o grupo mais conservador que compunha a base de apoio da Reitoria. Isso demonstraria a grande resistência às cotas por parte de setores da universidade. Assim, de acordo com a interpretação de Singer, embora a Reitoria não tenha proposto as cotas, parte substantiva de sua base de apoio decidiu apoiar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas foram implementadas gradualmente na USP. Em 2007 se inicia a política de bonificação, alterada algumas vezes até 2015, quando foi aprovada a adoção opcional de reserva de vagas via SiSU na USP na proporção máxima de 30% por curso. A Reitoria não era receptiva ao diálogo com os atores favoráveis a aprovação de cotas, o que motivou ações diretas mais intensas por partes de grupos do movimento negro, como a Ocupação Preta.

Os estudantes (Entrevistas #1,2,3,4,5) foram unânimes em dizer que a Reitoria não estava contente com a opção pela reserva de vagas, mas todos tinham a expectativa de que sua aprovação seria possível já naquela sessão. André Singer, contudo, tinha uma perspectiva diferente. Ele relata que não esperava que as cotas fossem aprovadas. Segundo Singer, a Reitoria sempre ganhava a maioria das votações no CO. A oposição, da qual Singer e os estudantes faziam parte, não conseguiam ganhar as votações. No entanto, naquele dia foi diferente. O destaque elaborado por ele de

incorporação das cotas raciais na proposta da Reitoria foi aprovado com apoio de parte expressiva dos docentes que votavam com a Reitoria.

Dessa forma, a partir da pesquisa realizada, consideramos que um dos grandes fatores para aprovação das cotas raciais na USP foi a percepção, por parte de seus dirigentes e grande parte da comunidade universitária, que a não adoção dessa medida levaria a desgastes ainda maiores à "imagem da USP", que já era considerada uma universidade atrasada em relação às ações afirmativas. Dessa forma, a aprovação das cotas pela maioria do Co possivelmente não se deveu a uma convicção profunda e generalizada por parte dos conselheiros a respeito da importância da diversidade socioeconômica e racial na universidade, mas sim devido a um interesse em evitar desgastes e ataques à imagem da USP. Tendo em vista essa vulnerabilidade – a reputação da universidade –, a estratégia dos movimentos em prol das cotas foi constranger a universidade de forma sistemática, impondo sérios custos à imagem da USP, como é ressaltado pelos estudantes entrevistados.

Referências

ALUNOS NEGROS ocupam aula de Haddad para pedir cota racial na USP. *G1 Educação*, 27 abr. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/04/alunos-negros-ocupam-aula-de-haddad-para-pedir-cota-racial-na-usp.html>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ALVES FILHO, M. Em decisão histórica, Unicamp aprova cotas étnico-raciais e Vestibular Indígena. *Jornal da Unicamp*, 21 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/22/em-decisao-historica-unicamp-aprova-cotas-etnico-raciais-e-vestibular>>. Acesso em: 2 jan. 2023.

ANDRADA, Ana Carolina Silva. *Quando estudantes e vagas precisam se encontrar: por uma sociologia dos processos de pareamento*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.8.2022.tde-06012023-195821.

BOCCHINI, B. Pioneira no debate, USP é última das grandes universidades a adotar cota racial. *Agência Brasil*, 6 ago. 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-08/pioneira-no-debate-usp-e-ultima-das-grandes-universidades-adotar-cota>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Planalto.gov.br*, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>

CAMPOS, L. A. Onde estão os cientistas negros? *Folha de S.Paulo*, 19 nov. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/ciencia-fundamental/2023/11/onde-estao-os-cientistas-negros.shtml>>.

CRUZ, A. USP alcança meta de inclusão social em 2020 e tem mais alunos de escolas públicas.

Jornal da USP, 18 jul. 2020a. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/institucional/usp-alcanca-meta-de-inclusao-social-em-2020-e-tem-mais-alunos-de-escolas-publicas/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CRUZ, A. Em 2021, USP tem mais de 50% de alunos ingressantes vindos de escolas públicas. *Jornal da USP*, 28 maio. 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/institucional/em-2021-usp-tem-mais-de-50-de-alunos-ingressantes-vindos-de-escolas-publicas/>>. Acesso em: 4 fev. 2022.

DAFLON, V. T.; FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000100015&lng=pt&nrm=iso>.

DIAS, H. USP realiza mudança histórica na seleção de alunos. *Jornal da USP*, jun. 2016a. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/especial/usp-realiza-mudanca-historica-na-selecao-de-alunos/>>. Acesso em: 4 fev. 2022.

DIAS, H. Inlusp ajuda candidatos, mas pede medidas complementares. *Jornal da USP*, jun. 2016b. Disponível em: <jornal.usp.br/especial/inlusp-ajuda-candidatos-mas-pede-medidas-complementares/>.

DIAS, H. Modelo de inclusão adotado pela USP foca o aluno de escola pública. *Jornal da USP*, jun. 2016c. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/especial/modelo-de-inclusao-adotado-pela-usp-foca-no-aluno-de-escola-publica/>>.

DIAS, H. Em 30 anos, USP duplica o número de alunos na graduação. *Jornal da USP*, 8 out. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/em-30-anos-usp-aumenta-100-o-numero-de-alunos-na-graduacao/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

FERREIRA, R. A. O sistema de cotas étnico-raciais adotado pela USP. *Jornal da USP*, 5 jan. 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/o-sistema-de-cotas-etno-raciais-adotado-pela-usp/>>.

FOLHA DE S.PAULO. Unesp adia para 2018 reserva de 50% das vagas para rede pública. *Folha de S.Paulo*, 20 ago. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/educacao/2013/08/1329033-unesp-adia-para-2018-reserva-de-50-das-vagas-para-rede-publica.shtml>>.

GRAVA, M. CREVILARI, V. Protestos suspendem primeiras reuniões do Conselho Universitário em 2015. *Jornal do Campus.*, 25 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/04/protestos-suspendem-primeiras-reunioes-do-conselho-universitario-em-2015/>>.

GIROTTTO, E. D.; GARCIA, S. G.; SILVA, P. P. da; CARMO, W. R. do; SOARES, A. C. P.; LIMA, J. E. G. de; LANZARINI, J. P.; FERREIRA, J. G. C.; NOGUEIRA, W. Impactos das Cotas Sociais e Raciais no Perfil Socioeconômico dos Estudantes da FFLCH, USP. *Revista de Graduação USP*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 15-32, 2023. DOI: 10.11606/issn.2525-376X.v7i1p15-32. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gradmais/article/view/216465>.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V.. Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil. *XXII Encontro Anual da ANPOCS* (GT Desigualdades Sociais), s/v, s/n, out. 1998. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt03-6/5050-chasenbalg-ndovalle-educacao/file>

MARSCHNER, M. *A dependência na origem: Desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades*. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2014. DOI: 10.11606/T.8.2014.tde-02102014-182644.

MANÇANO, T; FERNANDES, B. M. Processo eleitoral e espaços políticos de congressos nacionais das entidades estudantis no Brasil (2013-2019). In: FILHO, José Sobreiro et al. (Org.). *Identidades, resistências e a multiplicidade da ação política: a recriação de sujeitos e territórios na resistência ativa*. 1ed. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará, 2021, v. 1, p. 91-122.

MELLO, D. Cotas: Documentário “Usp 7%” aborda o racismo na universidade. *CartaCapital*. Apr 16, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WAWkE2bU0QM>>.

MELLO, U. M. Centralized Admissions, Affirmative Action, and Access of Low-Income Students to Higher Education. *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 14, n. 3, p. 166–197, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/pol.20190639>.

NEVES, F. P. Conselho da USP aprova cotas sociais e raciais para vestibular de 2018 - 04/07/2017 - Educação - Folha de S.Paulo. *Folha de S.Paulo*, 4 jul. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/07/1898485-conselho-da-usp-aprova-cota-de-50-para-alunos-de-escola-publica-ate-2021.shtml>>. Acesso em: 4 fev. 2022.

NUNES, F., SEGATO, R., COELHO, D., LIMA, K., & CAPERUTO, L. *Indicadores consolidados para a tomada de decisões em nível institucional*. III Seminário de Políticas Universitárias do Projeto Métricas.edu. 2022.

PALHARES, I. Alunos autistas cobram criação de cotas em universidades estaduais de SP. *Folha de S.Paulo*, maio. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/05/alunos-autistas-cobram-criacao-de-cotas-em-universidades-estaduais-de-sp.shtml>>.

RODRIGUES, C. *Afro-latinos em movimento*. Curitiba: Appris, 2020.

SINGER, A. ALVES, L. NOGUEIRA, M. NASCIMENTO, S. XVI SECS - 10 Anos de Política de Cotas: Mesa 5 (Cotas na USP: 5 anos de atraso, 5 anos de luta). YouTube do CeUPES Ísis Dias de Oliveira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5lATmoqR5w0>>.

SCHWARTZMAN, S.; SILVA FILHO, R. L.; COELHO, R. R. A. Por uma tipologia do ensino superior brasileiro: teste de conceito. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 101, p. 153-186, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.011>.

VENTURINI, Anna Carolina. Políticas de inclusão na pós-graduação: os bastidores e o histórico da edição da portaria normativa 13/2016. *Novos estudos CEBRAP* [online]. 2021, v. 40, n. 2, pp. 261-279.

VENTURINI, A. C.. O Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP) 2015 (Textos para discussão GEMAA IESP-UERJ). Disponível em: <<https://gemaa.iesp.uerj.br/textos-para-discussao/9-o-programa-de-inclusao-social-da-usp-inclusp/>>

USP (Universidade de São Paulo). *Resolução Nº 7373, de 10 de julho de 2017*. Dispõe sobre formas de ingresso nos cursos de graduação da Universidade de São Paulo. Normas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, s/a, s/n, s/p. 2017a. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7373-de-10-de-julho-de-2017>. Acesso em: dez. 2022.

USP. *Ata da 983ª Sessão do Conselho Universitário de 04 de julho de 2017b*. São Paulo, SP, 2017b. Disponível em: <https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/wp-content/uploads/Ata-Co-04.07.2017_Completa.pdf>

YAMAMOTO, E. USP disponibiliza lista de docentes pretos, pardos e indígenas aptos a integrar bancas de seleção. *Jornal da USP*, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/prip-disponibiliza-lista-de-docentes-ppi-aptos-a-integrar-bancas-de-selecao/>>.

Licenças e direitos



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).